

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO nº: **01.1514.00085-00-2016 - 01.1514.00084-00-2016 e 01.1514.00083-00-2016**

REFERÊNCIA: **Edital RDC nº 004, 005 e 006/2017**

IMPUGNANTE: **ECOPONTES – SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS LTDA**

RECORRIDO: **Comissão de Licitação do Edital RDC nº 004, 005 e 006/2017**

I. DAS PRELIMINARES

1. Trata-se de impugnação administrativa interposta pela empresa **ECOPONTES – SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS LTDA**, com fundamento no disposto no Art. 45, I, “b” da Lei nº 12.462/2011, contra os termos do Edital RDC nº 004, 005 e 006/2017.
2. A Comissão de Licitação foi designada por meio da Portaria nº 048/GAB/SUPEL, de 30/12/2016 (DOE Nº 01 de 3/1/2017), do Superintendente da SUPEL/RO.
3. Cumpridas as formalidades legais, registre-se que a peça impugnatória ora em análise será divulgada no Portal de Licitações da SUPEL na Internet juntamente com o presente instrumento.
4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento à impugnação e tempestividade.

II. DAS ALEGAÇÕES

5. A impugnante se insurge contra as exigências editalícias a seguir:
 - a. Não há clareza e precisão de tantas outras informações relevantes para definição do objeto, a exemplo da espécie de matérias a compor a estrutura (item 1 do Edital);
 - b. Impedimento de participação de empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação (item 6.2.5 do Edital);

- c. A qualificação técnica não estipula as parcelas de maior relevância que devem conter nos comprovantes de capacitação técnico-profissional (item 15.1 do Edital);
- d. A observação editalícia não especifica se o atestado de capacidade técnico-operacional se dirige apenas a empresa licitante ou também ao seu responsável técnico (item 15.2.4 do Edital);
- e. Em relação ao profissional substituto, constar expressamente que estes devam atender às mesmas exigências editalícias direcionadas aos profissionais substituídos (item 15.2.10.1 do Edital);
- f. Nas previsões para a aplicação de penalidade, urge que sejam discriminadas, em abstrato e graduação das multas, às situações irregulares a ensejar a aplicação da multa (item 24.2.2 do edital);
- g. Erro material no item 24.2.1 do Edital;
- h. Dúvida quanto ao marco temporal para a contagem dos 30 dias da falta de execução do objeto (item 24.2.12 do Edital);
- i. Os percentuais de multas estipulados nas letras “d” e “e” do item 24.3.1 não especificam o valor sobre o qual incidirão;
- j. Previsão de multas para situações idênticas;
- k. Bis in idem na previsão das letras “c” dos itens 24.3.1 e 24.4

Para sustentar todas as suas alegações, a impetrante faz referências à Constituição Federal de 1988, à Lei nº 11.101/05, à Lei nº 8.666/93, a posicionamentos de doutrinadores administrativistas e à jurisprudência comum e de contas, com o objetivo de demonstrar suposta ilegalidade nas exigências contidas no Edital.

III. DO PEDIDO

6. Requer a impugnante que a Comissão “suspenda o trâmite administrativo do procedimento licitatório até que sejam revistas as questões objeto da presente impugnação.”

IV. DA ANÁLISE

7. item 5.a: informamos que os dados descritos no referido item atende ao provisionado no art. 5º da Lei 12.462/11. No que concerne ao exemplo evidenciado, corroboramos no sentido de que a natureza do modelo de contratação adotado se consubstancia em três condições, sendo elas a inovação tecnológica ou técnica, possibilidade de execução com diferentes metodologias e possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado, desse modo, considerando que a metodologia a ser empregada será apresentada pelas empresas licitantes, não se faz mister que se enquadre a espécie de material que comporá a estrutura das OAE's, contudo, o Termo de Referência excetua somente o emprego da madeira.

8. item 5.b: Quanto ao impedimento da participação de empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação a Comissão de Licitação entendeu como procedente a exclusão deste impedimento, uma vez que o primordial é resguardar o interesse da administração pública em ter seu objeto atendido, e para consecução deste objetivo já há nas cláusulas editalícias as devidas documentações legais requeridas para as eventuais empresas interessadas.

Para tanto, registra-se que será publicado, tanto no site Comprasnet, no site a SUPEL quanto no Diário Oficial do Estado o Adendo Esclarecedor nº 01 ao Edital em comento, a qual transcrevo a seguir:

Na página 9 do Edital, exclui-se o subitem 6.2.5:

“6.2.5. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação”.

9. item 5.c: Quanto a Qualificação Técnica, os balizadores estão dispostos no item 22 e subitens do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10. item 5.d: Quanto as previsões editalícias, informamos que estão devidamente corretas. Oportunamente, esclarecemos que os atestados de capacidade técnico-operacional se dirige apenas às empresas licitantes; Aos responsáveis técnicos cabe a apresentação de Acervos Técnicos emitidos por seus respectivos órgãos de classe.

11. item 5.e: Quanto ao referido item, informamos que o mesmo receberá nova redação, sendo esta verificada no Adendo Esclarecedor nº 01 ao Edital:

*15.2.10.1. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que **atendam às mesmas exigências editalícias direcionadas aos profissionais substituídos e aprovados pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.***

12. item 5.f: No que tange a “situação regular na ocasião dos recebimentos”, assim como se despreza do texto descrito no referido item, esclarecemos que se trata da comprovação de que o licitante/contratado encontra-se regular com as Fazendas Públicas. Obrigatoriedade que deve ser observada na habilitação da licitação e durante a execução do contrato, conforme estabelecido nos arts. 27, 29, 55, XIII, da Lei n. 8.666/93. Senão vejamos:

“Art. 27 Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - **regularidade fiscal.**

(...)

Art. 29 A documentação relativa à **regularidade fiscal**, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede

do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV - prova de regularidade relativa à **Seguridade Social**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Grifamos.)

Art. 55 São **cláusulas necessárias** em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XIII - a **obrigação** do contratado de **manter**, durante **toda a execução** do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as **condições** de **habilitação** e qualificação exigidas na licitação”. (Grifamos.)

13. item 5.g: Quanto ao referido item, informamos que o mesmo receberá nova redação, sendo esta verificada no Adendo Esclarecedor nº 01 ao Edital:

24.2.1 - A contratada, em razão de inadimplências, inclusive as referentes ao retardamento na **entrega e/ou execução da obra**, sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor a parcela inadimplida.

14. item 5.h: Considerando o referido item se tratar de inexecução total do contrato e sendo o marco inicial dos serviços a emissão da Ordem de serviço e/ou empenho.

15. item 5.i: Quanto ao item referenciado, o termo “falta de execução do objeto” combinado ao “inexecução total do contrato” não deixa lacunas obscuras com relação

ao marco temporal, sendo este o início das obras startado pelo empenho e/ou ordem de serviço, caso contrário não seria inexecução total e sim parcial.

16. item 5.i: No que concerne ao texto descrito no item 24.3 – Das Multas, e subitens, temos a informar que os índices assim como as referências para incidência já fora fruto de análise e aprovação pelo setor jurídico competente. Ao que pese as supostas duplicidades evidenciadas, esclarecemos que os itens foram dispostos em conjunto e posteriormente categorizados, não caracterizando *bis in idem* considerando que não se distinguem entre si e não serão incididos potencialmente.

17. Verifica-se, assim, que as exigências contidas no Edital RDC nº 004/2017 estão plenamente embasadas na legislação e jurisprudência de contas que regem a contratação em questão.

V. DA DECISÃO

18. Pelas razões e análises expostas em virtude das questões levantadas pela impugnante, **ECOPONTES – SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS LTDA**, a Comissão de Licitação entende que não foram trazidos argumentos e fundamentos que pudessem acarretar a procedência do pedido, bem como não vislumbrou motivos para que fosse alterada a data de abertura do certame, considerando que as alterações supra não interferirão na formulação das propostas.

Porto Velho, RO, 18 de outubro de 2017.


NORMAN VIRISSIMO DA SILVA
Presidente da CPLO/SUPEL/RO